

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Presidente da Comissão Fiscal do
Instituto Jelson da Costa Antunes
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre às demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Jelson da Costa Antunes (“Entidade”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Jelson da Costa Antunes** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)), e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião sobre às demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)), e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.925	40.113
Adiantamentos/créditos diversos	5	-	714
Total do circulante		31.925	40.827
Não circulante			
Imobilizado líquido	6	621.014	706.696
Total do não circulante		621.014	706.696
Total do ativo		652.939	747.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	7	7.600	17.347
Obrigações tributárias	8	9.990	12.786
Obrigações trabalhistas	9	110.163	116.711
Total do circulante		127.753	146.844
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	525.186	600.679
		525.186	600.679
Total do passivo e patrimônio líquido		652.939	747.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	Nota	2020	2019
		<u> </u>	<u> </u>
Receitas operacionais (sem restrição)	11	1.618.293	2.901.790
Resultado Bruto			
Custos e Despesas operacionais (sem restrição)			
Com pessoal e encargos	12	(913.801)	(1.091.098)
Serviços de terceiros		(238.958)	(688.650)
Despesas de treinamento	13	(185.797)	(724.630)
Outras despesas administrativas	14	(266.834)	(468.019)
Depreciação e amortização		(85.682)	(107.699)
Total das despesas		<u>(1.691.072)</u>	<u>(3.080.096)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		(72.779)	(178.306)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	273	2.191
Despesas financeiras	15	(2.987)	(3.623)
Total do resultado financeiro		<u>(2.714)</u>	<u>(1.432)</u>
Déficit do exercício		<u><u>(75.493)</u></u>	<u><u>(179.738)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	2020	2019
Déficit do exercício	(75.493)	(179.738)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(75.493)	(179.738)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	780.416	-	780.416
Déficit do exercício	-	(179.738)	(179.738)
Transferência para o patrimônio social	(179.738)	179.738	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	600.679	-	600.679
Déficit do exercício	-	(75.493)	(75.493)
Transferência para o patrimônio social	(75.493)	75.493	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	525.186	-	525.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(75.493)	(179.738)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	85.682	107.699
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos		
Créditos diversos	714	37.865
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
Obrigações trabalhistas	(6.548)	3.559
Obrigações tributárias	(2.796)	873
Fornecedores	(9.747)	670
Caixa líquido consumido proveniente das atividades operacionais	(8.188)	(29.071)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(90.407)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	-	(90.406)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.188)	(119.478)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	40.113	159.591
No final do exercício	31.925	40.113
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.188)	(119.478)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Jelson da Costa Antunes (“Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, registrado no Registro Público de Pessoa Jurídica em 04 de novembro de 2004, sob o nº 29.133, livro A-373, na cidade de Niterói-RJ, com fins não econômicos e financeiros, tem como objetivo social, contribuir para o desenvolvimento social, educativo e cultural de pessoas das diferentes comunidades onde atua, sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como portadores de necessidades especiais.

O Instituto já foi reconhecido no Município de Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, como Utilidade Pública. Em 11 de dezembro de 2010, através do processo nº 08071.025763/2009-88 à Administração foi concedida a mesma condição na esfera Federal junto ao Departamento de Justiça, em Brasília.

1.1. Impactos COVID-19

De acordo com a IAS 1/ CPC 26 a administração informa que as atividades da Entidade foram impactadas pelos reflexos da pandemia que vem perdurando durante os anos de 2020 e 2021. Provocados pela redução de suas atividades e bem como indiretamente de suas doadoras, fornecedores e das pessoas. A saber:

A redução das receitas de doações em R\$ 1.283.497;
Despesas com Serviços de Terceiros em R\$ 449.662;
Despesas com Treinamentos em R\$ 538.833; e
Despesas Administrativas em R\$ 201.185.

No âmbito corporativo, a Entidade vem implementando medidas necessárias para minimizar qualquer impacto na qualidade do atendimento a seus alunos e professores, mitigar riscos para colaboradores e familiares e garantir a manutenção e continuidade das operações, dentre as quais:

- Comunicação corporativa recorrente por e-mail e aplicativos de mensagens, visando informar e conscientizar todos os colaboradores sobre os riscos relacionados à disseminação do vírus, sobre a forma de prevenção e, ainda, endereços para obtenção de informações oficiais e para verificação das informações falsas;
- Adoção do regime de home office para todos os colaboradores onde essa mobilidade for possível;
- Reforço na higienização de todos os locais de trabalho.

A Administração da Entidade seguirá atenta e diligente a todo e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID -19, de forma a deixar seus colaboradores e os beneficiários dos serviços sociais prestados, inclusive das comunidades adjacentes, enfim, em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes aos serviços sociais prestados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis/financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis e financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei 6.404/1976 e em observância às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 09 de dezembro de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e seus valores foram arredondados para o valor mais próximo.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis, quando aplicáveis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais, do valor justo de ativos e passivos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas de ativos, entre outros.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Registros contábeis

Os registros contábeis, são reconhecidos pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixas

Caixa e equivalentes de caixas são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Aplicações financeiras: são registradas pelo valor justo por meio do resultado, que incluem os títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados a qualquer momento e a critério da Administração da Entidade, sendo contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante, no qual os ganhos ou as perdas não realizados sobre esses papéis são reconhecidos na demonstração de resultado.

(ii) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

e) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para perda do valor recuperável.

(ii) Ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros da Entidade estão representados, basicamente, pelo ativo imobilizado.

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável - “*impairment*” em 31 de dezembro de 2020.

f) Provisões a apropriar

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo:

(i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(ii) Passivos referentes a processos judiciais

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. A Entidade não possui nenhuma ação intentada contra ela.

g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Receitas e despesas

Receitas e Despesas: são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

As receitas são obtidas, basicamente, através de donativos recebidos das mantenedoras.

As principais despesas da Entidade são classificadas nos seguintes grupos: Pessoal, Despesas de Treinamentos e Despesas Administrativas, (Vide notas explicativas nº 12, 13 e 14).

i) Receitas e despesas financeiras

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

j) Tributação

A Entidade não tem fins lucrativos e é isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacam-se os seguintes: (a) Programa de Integração Social - PIS: contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (b) COFINS: isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras segundo a legislação vigente.

4. Caixa e equivalentes de caixas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	1.695	3.500
Bancos (saldos credores - utilização de cheque especial)	4	(3.698)
Aplicações financeiras - Invest Fácil Bradesco	30.226	40.311
	<u>31.925</u>	<u>40.113</u>

As aplicações financeiras Invest Fácil Bradesco, são de curto prazo, de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Adiantamentos Diversos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos à Terceiros	-	243
Impostos a Compensar	-	471
	<u>-</u>	<u>714</u>

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

6. Imobilizado

A seguir, a composição do saldo do ativo imobilizado:

	Taxa %	31/12/2020		31/12/2019
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos		21.000	-	21.000
Edifícios	4	1.097.810	(618.434)	479.376
Computadores/periféricos	20	181.615	(110.794)	64.821
Instalações	10	134.266	(134.266)	-
Móveis e Utensílios	10	218.087	(208.630)	9.457
Máquinas e Equipamentos	10	21.989	(13.029)	8.960
Veículo	20	78.000	(40.600)	37.400
Outras	10	39.274	(39.274)	-
Total		1.792.041	(1.165.027)	706.696

7. Fornecedores

	2020	2019
Serviços de Vigilâncias/Energia Elétrica	7.600	17.300
Outros	-	47
	7.600	17.347

8. Obrigações Tributárias

	2020	2019
IRRF sobre folha de pagamento	5.042	6.094
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços tomados	2.797	3.951
ISS	520	257
Outros	1.631	2.484
	9.990	12.786

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

9. Provisões trabalhistas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão de férias	83.682	81.838
Salários a pagar	15.611	22.039
INSS	5.097	6.956
FGTS	5.773	5.878
	<u>110.163</u>	<u>116.711</u>

10. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial reduzido/acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da Entidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi apropriado ao patrimônio líquido da Entidade um déficit de R\$ 75.493.

11. Receitas Operacionais - Sem restrição

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Auto Viação 1001 Ltda.	646.000	940.000
Viação Cometa S/A.	376.000	210.000
Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.	218.000	190.000
Expresso do Sul S/A.	180.000	465.000
Rápido Ribeirão Preto Ltda.	80.000	180.000
Rápido Macaense Ltda.	30.000	240.000
Auto Viação Catarinense Ltda.	18.000	380.000
Aymbere Produções Artísticas Ltda diversas	12.750	-
Metar Logística Ltda.	12.000	-
De Pessoas físicas	4.710	16.200
Subtotal de doações	1.577.460	2.621.200
Receitas de Socioaprendizagem:		
Auto Viação 1001 Ltda.	38.000	269.964
Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.	2.266	8.500
Figueira Investimentos Ltda.	567	2.126
Subtotal	40.833	296.790
Total	1.618.293	2.901.790

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

12. Custos e Despesas Com pessoal e encargos (sem restrição)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salário e ordenados	(391.651)	(522.120)
Assistência médica	(264.021)	(281.652)
Férias	(70.022)	(67.015)
FGTS	(39.560)	(50.234)
13º salário	(45.344)	(48.194)
Vale transporte	(13.444)	(59.657)
Outras	(89.759)	(62.226)
	<u>(913.801)</u>	<u>(1.091.098)</u>

13. Despesas de treinamentos (sem restrição)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ensino (i)	(103.548)	(112.283)
Despesas de viagens (ii)	(28.125)	(274.746)
Lanche escolar (iii)	(7.681)	(137.640)
Material escolar (iv)	(33.363)	(33.113)
Uniforme (v)	(780)	(33.156)
Auxílio educação (vi)	(10.313)	(43.510)
Outras	(1.987)	(90.182)
	<u>(185.797)</u>	<u>(724.630)</u>

- (i) Despesas Ensino - Computam todas as despesas com honorários de docentes, palestrantes, técnicos, pesquisadores, bolsas de estudos, consultores, o dispêndio com material didático e técnico e as demais despesas educacionais;
- (ii) Despesas de viagens - Despesa passagem e estadia à palestrantes/funcionários/alunos;
- (iii) Despesas de lanches à estudante, funcionários e palestrantes;
- (iv) Despesas com material escolar à estudantes (menores assistidos);
- (v) Despesas com uniforme à estudantes;
- (vi) Despesas de auxílio Educação ensino fundamental à menores assistidos

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

14. Outras despesas administrativas (sem restrição)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Limpeza, água, luz, telefone, materiais de escritório	(73.768)	(203.579)
Serviço de Vigilância	(102.256)	(101.561)
Despesas de viagens	(1.007)	(33.735)
Despesas com veículos	(4.640)	(13.298)
Aluguel de equipamentos	(4.056)	(16.373)
Despesas tributárias	(10.489)	(11.334)
Outras	(70.618)	(88.139)
	<u>(266.834)</u>	<u>(468.019)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	203	464
Descontos Obtidos	57	645
Outras Receitas	13	1.082
	<u>273</u>	<u>2.191</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2.987)	(3.596)
Juros	-	(27)
	<u>(2.987)</u>	<u>(3.623)</u>
Resultado financeiro		
	<u>(2.714)</u>	<u>(1.432)</u>

15. Remuneração de empregados e dirigentes

A Entidade não concede empréstimos aos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Entidade não possui qualquer tipo de remuneração e não oferece outros benefícios de longo-prazo aos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Qualquer tipo de benefício oferecido aos colaboradores do quadro da Entidade não é estendido aos membros dos Conselhos.

Os dirigentes (diretores) da Entidade são eleitos de forma estuaria e não recebem qualquer remuneração e/ou benefícios.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

16. Quocientes patrimoniais

	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Liquidez imediata			
Caixa e bancos	31.925	0,25	0,27
Passivo circulante	127.753		
Liquidez corrente			
Ativo circulante	31.925	0,25	0,28
Passivo circulante	127.753		
Liquidez geral			
Ativo circulante + não circulante	652.939	5,11	5,09
Passivo circulante + não circulante	127.753		
Imobilização corrente do capital próprio			
Imobilizado	621.014	1,18	1,176
Patrimônio líquido	525.186		
Imobilização do capital de giro			
Imobilizado	621.014	0,95	0,945
Patrimônio líquido + passivo circulante	652.939		

17. Renúncia fiscal

a) Imunidade

Por se tratar de uma entidade privada sem fins lucrativos de caráter educacional nos termos do artigo 150, item VI, letra C da Constituição Federal, goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços.

- Na esfera federal a imunidade compreende o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, em conformidade ao artigo 12 da Lei nº 9.532/97;
- Na esfera municipal, a imunidade compreende o Imposto sobre Serviços (ISS) da sua matriz situada na Cidade do Rio de Janeiro.

b) Isenção

A Entidade é isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000/99 - RIR/99 - C.C. artigo 15, caput e § 1º, da Lei nº 9.532/97.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

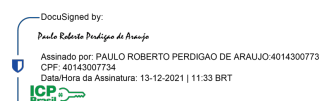
c) Tributação/Previdência Social

A Entidade, por atender aos requisitos da legislação, sendo imune do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, goza do recolhimento diferenciado da Contribuição Social ao Programa de Integração Social - PIS, pelo qual o tributo incide à alíquota de 1% (um por cento) sobre sua folha de salários (art. 13, inc. VIII, da MP nº 2.158-35/01); observando os requisitos da legislação em vigor, em especial, aqueles previstos nos §§ 2º e 3º, inc. I a V, do art. 170 do RIR/99; e no art. 12, § 2º, alíneas "a" até "e", e § 3º, da Lei nº 9.532/97.

Os valores das contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial se a Entidade não gozasse de isenção são demonstrados:

	2020	2019
Base de cálculos	505.174	633.837
Alíquotas (Previdências e Terceiros)	26,5%	26,5%
Valor a recolher	133.870	167.966


Tatiana Antunes de Andrade
Presidente


Paulo Roberto Perdigão de Araujo
Contador CRC RJ-066.894/O-1